

Ponte sobre o Rio Vila Nova, divisa entre os municípios de Santana e Mazagão

Exploração mineral em Santa Maria do Vila Nova (AP) provoca contaminação por cianeto

DATA DE EDIÇÃO
18/02/2013

MUNICÍPIOS
-

LATITUDE
-

LONGITUDE
-

SÍNTESE

O envolvimento de grandes mineradoras com danos à natureza é uma prática corriqueira no Amapá. Na "região do Vila Nova", diversos problemas ambientais decorrentes de atitudes imprudentes do ponto de vista ambiental, dentre elas contaminação por cianeto dos corpos hídricos e mortes de ribeirinhos, são atribuídos à Mineração Água Boa.

APRESENTAÇÃO DE CASO

A história da exploração mineral no Amapá teve início em 1945, quando o então governador, Janary Nunes, noticiou ao mundo que a empresa Hanna Mining Company teria descoberto jazidas de ferro na localidade de Santa Maria do Vila Nova, município de Mazagão (AP). Daí em diante, passou a estimular, por meio de premiação em dinheiro, o fornecimento de indicações acerca da possível existência de outros depósitos minerais (JORNAL DO DIA, 2009).

Foi possível a caracterização de pelo menos nove distritos mineiros no estado do Amapá, dentre eles o distrito mineiro produtivo do Vila Nova. Este é caracterizado por depósitos auríferos, depósitos de ferro e uma jazida de cromita, que ocorrem próximo ao rio Vila Nova, no limite entre os municípios de Porto Grande e Mazagão – região sul do estado (OLIVEIRA, 2010).

O município de Porto Grande, segundo o Censo 2010, possui 16.809 habitantes em uma área de 4.401,774 km² (IBGE, 2011a), enquanto o de Mazagão possui 17.032 habitantes que ocupam 13.130,930 km² de área (IBGE, 2011b).

Houve, na “região do Vila Nova”, diversos problemas ambientais decorrentes de atitudes imprudentes do ponto de vista ambiental, dentre elas, o armazenamento inadequado de cianeto de sódio. A “área” ou “região do Vila Nova”, em termos genéricos refere-se à circunscrição geográfica do entorno da localidade de Santa Maria do Vila Nova (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003).



Cava da mina de cromo explotada pela Mineração Vila Nova em dezembro/1999

A lavra experimental de cromo foi iniciada, em 1988, pela Mineração Cassiporé, subsidiária da Icomi, e transferida em 1992, à Companhia de FerroLiga do Amapá (CFA), em Santa Maria do Vila Nova. No terceiro trimestre de 1997, a CFA transferiu seus direitos minerários à Mineração Vila Nova (MVN), do grupo norueguês Elken (CASARA, 2003). Em dezembro de 2002, após a paralisação das atividades, a Elken transferiu a propriedade da MVN ao Grupo Fasa Participações S/A (SIMÕES, 2009).

Não há, no entanto, indícios de contaminação ambiental provenientes da atuação da MVN. Porém, graves problemas de contaminação ambiental apontam para outra empresa, a Mineração Água Boa, que operava a aproximadamente 6 km das minas lavradas (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003).

Em 1992, a Mineração Água Boa iniciou a exploração de uma mina de ouro localizada no município de Mazagão, às

margens do igarapé Santa Maria, distante apenas 6 km da Mineração Vila Nova (MONTEIRO, 2006).

Antes de iniciar a lavra, a constituição da Mineração Água Boa envolveu uma série de transferências da titularidade do empreendimento. A primeira empresa constituída para explorar a jazida foi a Mineração Amapari, uma empresa do Grupo Caemi, que iniciou as pesquisas no início dos anos 1980. No final daquela década, já era detentora do direito de lavra e da autorização dos órgãos ambientais para iniciar a exploração mineral. Em 1991, tais direitos foram transferidos para a empresa Paulo Abib Engenharia S.A., que, em seguida, associou-se à Construtora Centro Oeste Mineração Ltda., para só então ser constituída a Mineração Água Boa (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003).



Usina de beneficiamento do minério de cromo da Mineração Vila Nova em dezembro/1999

A lavra era realizada a céu aberto. Depois de obtido, o minério era beneficiado por meio de um processo de lixiviação em pilhas, tendo por base uma solução com cianeto, que, após passar pelas pilhas, tornava-se enriquecida em ouro. Este, por sua vez, era retirado por meio de colunas com carvão ativado (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003).

Quando encerrou suas atividades, em 1996, a Mineração Água Boa praticamente abandonou as instalações de beneficiamento do minério e, junto, 120 kg de cianeto no canto de um antigo refeitório (CASARA, 2003). Posteriormente, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) do Amapá localizou cerca de 300 tambores contendo cianeto de sódio, que supostamente haviam sido enterrados pela empresa (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003; BARROS, 2004).

Devido ao alto índice pluviométrico da região, o material foi arrastado para o rio Vila Nova pelas águas das chuvas. Este rio é afluente da margem direita do rio Amazonas, estando aproximadamente a 180 km a oeste de Macapá, na divisa entre os municípios de Santana e Mazagão (DOMINGUES, 2004). É também o único divisor entre o vilarejo de Vila Nova, que tem aproximadamente 200 famílias, e o material tóxico desenterrado, localizado a apenas 100 m da vila (BARROS, 2004; DOMINGUES, 2004).

O caso veio à tona quando começaram a ser registradas mortes de causa desconhecida entre os garimpeiros, ribeirinhos e animais. Nas amostras coletadas pela Sema, em 1999, foram encontrados índices de cianeto até 20 vezes maior do que o permitido pela legislação ambiental brasileira (BARROS, 2004).

O cianeto de sódio é utilizado para separar ouro de outros minérios. Se misturado à água, transforma-se em ácido e pode ser letal. Segundo a Divisão de Monitoramento da Sema, bastam 200 mL de cianeto para matar um homem (ALBANO, 2000). Após o laudo, o governo do estado multou a empresa em R$ 60.000,00 (BARROS, 2004).

Não obstante, em julho de 2000, a mineradora foi notificada pelo Diário Oficial do estado sobre multa no valor de R$ 30 milhões, aplicada pela Sema, por ter abandonado, no total, 22 toneladas de cianeto no município de Mazagão. O valor da multa foi estabelecido pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, que considerou crime ambiental a mineradora ter mantido a substância em local inadequado e não informado os órgãos públicos (ALBANO, 2000).



Antigas instalações da Mineração Água Boa, município de Mazagão, dezembro/1999

Além de nunca ter pagado as multas advindas de danos causados ao meio ambiente (CASARA, 2003), a empresa também não recuperou as áreas degradadas pelas atividades de mineração, deixando duas enormes cavas em cada uma das margens do igarapé Santa Maria (MONTEIRO, 2006), uma delas com aproximadamente 1 km de extensão, 200 m de comprimento e 60 m de profundidade (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A atividade mineradora na localidade de Santa Maria do Vila Nova situa-se no município de Mazagão, latitude 0°06’58”S e longitude 51°17’10”W, no estado do Amapá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, Mauro. Mineradoras são multadas em R$ 30 mi por abandonarem cianeto em Macapá. Folha de S. Paulo, São Paulo, 31 jul. 2000. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u6218.shtml. Acesso em: 26 dez. 2011.

BARROS, Hércules. Sob a ameaça do cianeto. Correio Braziliense, 29 nov. 2004. In: PIB Socioambiental, 29 nov. 2004. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=39588. Acesso em: 26 dez. 2011.

CASARA, Marques. Mineração predatória na Amazônia Brasileira. Cinco décadas de irresponsabilidade social e ambiental no estado do Amapá. Florianópolis: Observatório Social, maio, 2003. Disponível em: http://www.ambiente.gov.ar/archivos/web/trabajo/File/Latino%20y%20Caribe/mineracao.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

DOMINGUES, Eloisa (Coord.). Uso da terra no Estado do Amapá. Projeto levantamento e classificação do uso da terra. IBGE, nov. 2004. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/manuais_tecnicos/usoterra_ap.pdf?>. Acesso em: 26 dez. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@. Porto Grande - AP. 2011a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=160053. Acesso em: 26 dez. 2011.

_____. Cidades@. Mazagão - AP. 2011b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=160040. Acesso em: 26 dez. 2011.

JORNAL DO DIA. Acordos estranhos na Justiça do Trabalho. Negociações trabalhistas feitas com o aval do Judiciário repercutem mal. Notícias, 3 maio 2009. Disponível em: http://www.jdia.com.br/pagina.php?pg=exibir_not&idnoticia=2939. Acesso em: 26 dez. 2011.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Lições de meio século de mineração industrial. Brasil Mineral, ago. 2006. Disponível em: http://www3.ufpa.br/projetomineracao/docs/estrut/17_Brasil_Mineral_56-70_BM_253.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. A Elkem no Amapá. Mar. 2003. Disponível em: http://www.observatoriosocial.org.br/portal/sites/default/files/biblioteca/rel_geral_elkem_mar2003.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

OLIVEIRA, Marcelo José de (coord.). Diagnóstico do setor mineral do Estado do Amapá. Macapá: Iepa, 2010. 148p. Disponível em: http://www.iepa.ap.gov.br/arquivopdf/diagnostico_mineral_amapa.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz. A história e os efeitos sociais da mineração no estado do Amapá. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, n. 2. dez. 2009. Disponível em: http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/32/n2Helena.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.